

5. BASTA DAR DINHEIRO AOS POBRES

Joseph Hanlon

A pobreza está a aumentar e a aprofundar-se em Moçambique, alargando, consequentemente, o fosso entre a metade dos mais pobres da população e a metade dos que se encontram em melhores condições, apesar do rápido crescimento do PIB e da impressionante expansão de estradas, electricidade e escolas. O relatório de auto-avaliação publicado em Fevereiro de 2009 pelo fórum moçambicano Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (Fórum Nacional do MARP, 2009: 50, 64) afirma que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza está a crescer, e que o fosso entre ricos e pobres se alarga, criando um potencial de exclusão social e de conflitos¹. A análise mais recente dos rendimentos rurais conclui que “os agregados familiares mais pobres em 2005 são consideravelmente mais pobres do que os agregados familiares mais pobres em 2002, enquanto as famílias mais ricas em 2005 são consideravelmente mais ricas do que as famílias mais ricas em 2002.” (Mather et al., 2008: vii). O UNICEF (2006) salienta que as crianças têm má nutrição na esmagadora maioria das famílias moçambicanas, e que a taxa de desnutrição infantil crónica está efectivamente a aumentar.

A média dos rendimentos nas áreas rurais é de apenas 16 MT por pessoa e por semana – cerca de USD \$30 por pessoa, por ano – mas, para 40% das famílias mais pobres, os rendimentos em dinheiro são de apenas 6 MT por pessoa, por semana, ou seja, USD \$12 dólares por ano². Este é todo o dinheiro disponível para tudo o que deve ser comprado – vestuário, óleo de cozinha, despesas escolares, medicamentos, bem como quaisquer insumos agrícolas, tais como sementes melhoradas e fertilizantes. As famílias rurais são tão pobres que 41% nem sequer possuem uma galinha ou um pato. ((Mather et al., 2008: 22))

A maioria dos moçambicanos é capturada numa “armadilha de pobreza” – não tem bens activos e os seus rendimentos são minúsculos, sendo demasiado pobre para alimentar os filhos. Um estudo realizado em três aldeias no norte, perto do Cruzeiro do Sul (2006: 43), mostrou que aldeias com mais infraestruturas, como estradas e escolas, não eram mais ricas do que aldeias com menos, porque a maioria das pessoas é tão pobre que não pode fazer os diminutos investimentos necessários para fazer uso das novas infraestruturas. Um estudo realizado pela Care mostrou que apenas os que se encontram em melhor situação se agregam a grupos ou associações, porque os pobres nada têm para trazer ao grupo (Whiteside e Gouveia, 2003). A experiência com os “7 milhões de meticais”, que são colocados à disposição todos os anos, em todos os distritos, para pequenos investimentos produtivos, mostra que os novos pequenos empresários não podem reembolsar os seus empréstimos, em grande parte porque não têm sido capazes de vender os seus produtos. O constrangimento ao desenvolvimento em Moçambique não é a oferta, como alegado pela comunidade internacional e pelo consenso do actual modelo de desenvolvimento, mas sim a procura – os pobres encontram-se numa “armadilha de pobreza”, o que significa que são simplesmente demasiado pobres para poderem comprar.

“A procura interna é o maior contributo para o crescimento económico em quase todos os PMDs [países menos desenvolvidos]”, segundo a UNCTAD (2006, capítulo 7), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. A pesquisa mostra que o aumento dos rendimentos rurais é largamente gasto localmente – em bens perecíveis, serviços locais, e bens não agrícolas produzidos localmente. A UNCTAD considera que muito do dinheiro estimula a procura local, especialmente para os bens produzidos pelos pobres. Por cada dólar do aumento de rendimentos local, aumenta-se na verdade o total da economia local em USD \$2.00, devido à forma como o dinheiro é reciclado. No entanto, o crescimento em Moçambique tem sido impulsionado pelo investimento estrangeiro e pelas exportações, deixando para trás o grosso da população. E outros países que já experimentaram modelos similares ao dos “7 milhões de meticais” para estimular a oferta constataram que este modelo não funciona, porque o aumento da oferta não é acompanhado por um aumento da procura. Em contrapartida, a UNCTAD cita exemplos em que o aumento da procura “incita ao investimento, ao empreendedorismo e ao emprego em actividades não agrícolas, particularmente as não comercializáveis. [...] O factor crítico que permite ganhos aumentados no sector informal é o estímulo da procura.”

Até agora vimos a pobreza moçambicana apenas em termos da forma como a falta de procura atrasa o desenvolvimento económico. Mas há outras questões sociais e

económicas. O Fórum Moçambicano Mecanismo Africano de Revisão de Pares alertou para o facto de o aumento do fosso entre ricos e pobres criar um potencial de exclusão e de conflito, pelo que existem boas razões políticas para se querer reduzir a pobreza. Além disso, há evidências crescentes de que sociedades com uma maior igualdade se desenvolvem mais rapidamente, portanto, fazer crescer a desigualdade é contra o desenvolvimento.

Existem, finalmente, duas razões puramente sociais para se querer aumentar o poder de compra dos pobres. Primeiramente, é a maneira mais fácil de se lidar com o facto de que metade das crianças de Moçambique se encontram desnutridas e que a desnutrição está a aumentar – o que não só é imoral como destrói o capital humano do qual o desenvolvimento de Moçambique depende. Em segundo lugar, o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que todos têm direito a um padrão de vida “adequado”. Todavia, nega-se este direito humano básico a metade dos moçambicanos.

Para aumentar a procura e a igualdade, para reduzir conflitos e para satisfazer os direitos humanos dos moçambicanos pobres, é essencial que eles tenham mais dinheiro. A UNCTAD sublinha a importância do aumento da produtividade agrícola para se aumentar o rendimento agrícola. Dado que a maioria dos moçambicanos é demasiado pobre para investir na melhoria das sementes e na irrigação, os insumos teriam de ser fortemente subsidiados. O Malawi, por exemplo, tem um subsídio para adubos com muito sucesso. A alternativa é a de prover postos de trabalho. A Índia está a introduzir um programa que garante a todos que o queiram um trabalho por dois meses pelo salário mínimo, na construção de estradas e barragens, por exemplo. Isto faz crescer os rendimentos locais; note-se, contudo, que os projectos de trabalho intensivo são complexos e a sua administração onerosa.

A alternativa é simplesmente dar dinheiro às pessoas. Moçambique já o faz em pequena escala, através do Programa de Subsídio de Alimentos (PSA), que, apesar do seu nome, é em grande parte uma pensão atribuída a quase 150 000 pessoas muito pobres e idosas. Varia entre 100 e 300 MT por mês (USD \$4 a \$12), de acordo com o número de dependentes. Esta pode parecer uma pequena quantia de dinheiro, até nos lembrarmos de que o rendimento médio em dinheiro por pessoa para os 40% mais pobres da população rural é de apenas 25 MT por mês.

No restante deste artigo, iremos defender uma expansão substancial de programas de transferência pecuniária em Moçambique – a fim de estimular a procura para estimular o desenvolvimento e aumentar a equidade, bem como satisfazer os direitos humanos básicos dos moçambicanos pobres.

Protecção social ou culpar os pobres?

Durante o século XX e, especialmente, após a grande depressão dos anos 30, a Europa desenvolveu um sistema de protecção social. Na verdade, uma razão por que a ONU pôde adoptar a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948 com um compromisso dum padrão de vida “adequado” foi que muitos países europeus já tinham mostrado que isso era possível. Todos os países europeus usam uma combinação de programas e em cada um a mistura é diferente. Mas todas elas têm três componentes:

- Seguro social, que está ligado ao salário e a contributos fiscais, e proporciona um seguro que garante rendimentos em períodos de desemprego e de problemas de saúde.
- Transferências pecuniárias incondicionais. Na Grã-Bretanha, por exemplo, cada criança recebe £ 13 (MT 500, USD \$ 20) por semana³ – incondicionalmente.
- Prestações sociais. Normalmente condicionais e relacionadas com os rendimentos, garantem um rendimento mínimo aos pobres, pessoas com deficiência, desempregados e pessoas com baixa remuneração.

O impacto destas transferências pecuniárias na redução da pobreza é dramático. Em muitos países, 30% das pessoas estariam abaixo da linha da pobreza, mas, com estas transferências pecuniárias, o número é inferior a 10%. Além disso, todos os países europeus fornecem alguma garantia de assistência adequada à saúde e à educação.

Os Estados Unidos nunca seguiram este modelo; existe algum seguro e protecção social, mas o total das transferências é pequeno e mais de 15% da população está abaixo da linha da pobreza. Além disso, não há cuidados de saúde garantidos.

Na década de 1980, no período de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos E.U.A., houve uma retirada parcial da protecção social. Houve um retorno a uma retórica dos fins do século XIX, que enunciava que os pobres eram responsáveis pela sua própria pobreza e, se lhes fosse dado dinheiro, desperdiçá-lo-iam. Os pobres tinham de ser ensinados a serem melhores pessoas. A dominância dos E.U.A. e do seu pensamento punitivo na formação do Consenso de Washington das Instituições de Bretton Woods (IBW), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, fez com que o modelo europeu nunca tivesse sido autorizado a ser adoptado no sul. Na verdade, toda a indústria da cooperação se encontra subordinada à visão do século XIX de que os ricos devem intervir para educar os pobres e obrigá-los a agir correctamente. Para o sul, o IBW introduziu o conceito de “redes de segurança”, as

quais segurariam as pessoas, caso caíssem temporariamente, e dar-lhes-iam comida ou trabalho para lhes permitir sobreviver.

Toda uma série de razões foi dada para que o modelo europeu não pudesse ser utilizado no sul. Mas os argumentos principais são os de que seria demasiado caro e o sul não poderia arcar com a protecção social, e que os pobres eram responsáveis pela sua pobreza, que desperdiçariam o dinheiro e que tinham de ser forçados a agir no seu próprio interesse. A ajuda deveria ser uma rede de segurança e um suborno para comprar bom comportamento.

Este foi um modelo que ganhou o apoio das elites do sul. Foi-lhes dito pelos doadores e pela IBW que, ao se tornarem ricos, estavam a ajudar os seus países a crescer, e eles concordaram de boa vontade que a pobreza era culpa dos pobres.

Também existia uma razão prática para que o modelo europeu não pudesse ser utilizado no sul. O sistema de segurança social exige que a maioria das pessoas se encontre no emprego formal e que pague impostos. Mas no sul existe uma minoria no emprego formal, e o rápido crescimento dum sector informal nas políticas do Consenso de Washington significou que ainda mais pessoas fossem excluídas até mesmo dos regimes de segurança social existentes. A OCDE, num relatório recente, exprimiu que 60% da força de trabalho ao nível mundial trabalha sem um contrato formal de trabalho e de segurança social, e isto aumentará durante a actual depressão global. (OCDE 2009)

*A alternativa do sul*⁴

No final dos anos 90, quatro grandes países do sul – México, Brasil, África do Sul e Indonésia – rejeitaram, independentemente, a visão do norte, e adoptaram programas de transferência pecuniária em larga escala. Respondiam, em parte, à crise financeira asiática de 1997-98, a qual pressagiou a crise económica mundial uma década mais tarde, e a partir da qual aprenderam duas lições: em primeiro lugar, que a protecção social era necessária para as pessoas despedidas dos seus trabalhos, e, em segundo lugar, que o modelo imposto pelo norte de mercados não regulamentados e de pequenos governos não funcionava. Para a África do Sul, houve também a exigência de que os benefícios usufruídos por pessoas brancas durante a época do *apartheid* passassem ser disponibilizados a todos.

Enquanto o norte tentava impor uma abordagem de culpar-os-pobres, do bem-estar social e de uma rede de segurança, estes quatro países seguiram uma linha radicalmente diferente, baseada em direitos e no modelo da armadilha da pobreza. Aceitaram que os pobres tinham direito a um padrão de vida adequado, e que este

direito tinha de ser garantido pelo Estado. Também estudaram a história europeia, que mostrava que a protecção social vinha primeiro, antes do crescimento económico, e não era algo que só poderia ser concedido depois, como alegava o IBW. Com efeito, a protecção social é um investimento no aumento do capital humano, no sentido de incentivar as pessoas a fazerem investimentos produtivos e a aumentar a procura. A chave para o modelo da armadilha da pobreza é a convicção de que os pobres sabem como escapar à pobreza, mas falta-lhes o dinheiro.

A África do Sul tem duas transferências pecuniárias incondicionais. Cada criança com idade inferior a 14 anos recebe 220 Rands (600 MT, 25 dólares) por mês e todas as pessoas com idade superior a 63 anos que não tenham uma pensão de reforma privada ou estatal recebem 940 Rands (2500 MT, \$100) por mês. São agora atribuídas transferências pecuniárias a mais de 8 milhões de crianças e a 2 milhões de pessoas idosas – como é de direito.

Cinco outros estados da SADC têm agora as pensões sociais pagas pelo governo: Botsuana, Lesoto, Maurícias, Namíbia e Suazilândia.

O programa do Brasil é o maior do mundo, com subvenções no âmbito do programa Bolsa Família atribuídas a 11 milhões de famílias. Para os muito pobres, o subsídio é de \$ 26 (650 MT) por família, mais \$ 8,5 (200 MT) para cada criança. O Brasil depende 0,5% do PIB no programa Bolsa Família. Existe uma condição – que as crianças frequentem a escola, que parece desnecessária já que as famílias querem que os seus filhos frequentem a escola, mas parecia ser a condição necessária para obter o apoio da classe média. Curiosamente, o programa é efectivamente de auto-execução – não existe qualquer controlo sobre o rendimento real das pessoas que atestam serem pobres, e as suas declarações são aceites. Todavia, há pouca fraude. Talvez as pessoas respeitem as regras, precisamente porque o programa é visto como um direito e não como caridade, e porque se encontra presente se se cair abaixo da linha de pobreza.

O programa Oportunidades do México alcança 5 milhões de famílias com até US \$150 (3750 MT) por mês, e abrange a metade da população rural.

As lições de todos estes programas são:

- Redução significativa da pobreza e da desigualdade.
- Redução da desnutrição. (aumento de 3 cm de altura entre as crianças na África do Sul).
- Aumento na procura de trabalho e na participação no trabalho.
- Investimento. (México – 88% do dinheiro das Oportunidades é gasto em consumo, mas 12% é investido – e o investimento é rentável.)

Isto mostra que a armadilha da pobreza é real, e que as pessoas pobres sabem como despender o dinheiro apropriadamente.

As transferências pecuniárias, como são actualmente utilizadas em Moçambique e como promovidas pela comunidade de doadores, são parte do pacote da “rede de segurança” criado para atenuar os danos causados aos pobres pelo neoliberalismo e pelo ajustamento estrutural. E sempre foram caracterizados por dar dinheiro àqueles que se encontram abaixo duma linha de pobreza extremamente baixa. A resposta do sul tem sido que as transferências pecuniárias não devem ser vistas como esmolas ou como uma rede de segurança, mas como uma forma de satisfazer a garantia da Declaração Universal dos Direitos do Homem dum padrão de vida adequado, e também como uma parte fundamental duma estratégia de desenvolvimento. Programas como o Bolsa Família do Brasil têm um limiar de riqueza em vez de um limiar de pobreza, de forma a estarem disponíveis para a maioria do grupo, sendo vistos como um direito e não como caridade.

Aqui somos todos pobres

Como vimos, há uma grande variedade de maneiras de fazer transferências pecuniárias e uma série de soluções de compromisso. Basicamente, existem dois tipos de escolhas que têm de ser feitas. A primeira é se devem ou não aplicar-se condições tais como frequência escolar ou procura de trabalho. As evidências até agora são que as condições fazem pouca diferença para o desempenho dos receptores; os pobres são bons gestores, já sabem como fazer o melhor pelas suas famílias, e despendem o dinheiro sensatamente. Mas os que se encontram em melhores condições tendem a não pensar em termos de armadilha da pobreza, mas em termos de culpar os pobres, e pensam em caridade como uma “rede de segurança”. A própria ministra da Mulher e Acção Social de Moçambique, Virgília Matabele, diz que o programa de subsídio alimentar (PSA) é uma “esmola” e que Moçambique se deve opor a esmolas. As condições não mudam o comportamento dos pobres, mas são muitas vezes necessárias para obter a aceitação da classe média e da elite para estes programas.

O PSA é um benefício direccionado que visa alcançar os mais pobres. Mas questões sobre o direccionamento giram em torno da comumente escutada afirmação: “Aqui somos todos pobres”. Mais de 70% dos moçambicanos são pobres. A escolha dum pequeno grupo divide socialmente. Se alguém recebe dinheiro e o seu vizinho não o recebe, haverá acusações de influência, de ligações partidárias, bruxaria, etc. Mesmo estas pequenas quantias de dinheiro incentivarão à corrupção na sua atribuição. Mais, em Moçambique, até mesmo uma pequena quantia de dinheiro muda

dramaticamente o estatuto duma família. Uma pessoa que viva sozinha num ambiente rural e que receba o subsídio básico de 100 MT por mês encontra-se imediatamente em melhores condições do que um terço dos seus vizinhos. No entanto, o programa só atinge 15% da estimativa de 1 milhão de pessoas de idade superior a 60, e a selecção dos beneficiários parece inconsistente e irregular.

A questão é saber se acaso se tenta direccionar as subvenções para os mais pobres dos pobres ou se se opta por uma abordagem mais ampla ou por uma subvenção universal. O ponto mais crítico é que a imposição de condições e a exclusão de pessoas não só é um processo moroso e caro – e, no caso de Moçambique, bastante ineficaz e injusto. Não há informações detalhadas disponíveis, mas parece que Moçambique gasta tanto na administração do PSA como nos próprios subsídios, devido ao elevado custo de identificar as pessoas elegíveis e de lhes dar o dinheiro. Repetimos: por cada 1 MT dado como um benefício PSA, parece que é gasto 1 MT em despesas administrativas e burocráticas. Isto é ineficaz em relação aos padrões internacionais, mas geralmente é verdade que excluir as pessoas é caro, portanto, quanto mais amplo é o regime, mais fácil é administrar e menores são os custos administrativos.

Formas mais eficientes para distribuir dinheiro

O programa PSA de Moçambique encontra-se encarcerado numa série de problemas burocráticos. Dois dos principais são as dificuldades na obtenção de documentos de identidade, e outro é a estrutura do próprio programa PSA baseada em delegações locais e representantes da comunidade (permanentes) que identificam os beneficiários e procedem à entrega do dinheiro.

Embora o ministro da Ciência e Tecnologia, Venâncio Massingue, tenha sugerido um “cartão inteligente”, que poderia perfazer muitas funções sendo simultaneamente um bilhete de identidade, parece que o actual sistema de bilhetes de identidade está tão atolado em corrupção e interesses que deve ser impossível reformá-lo. Por isso, quando foi requerido um registo eleitoral, foi criado um sistema paralelo totalmente novo. O censo mais recente registou 9 milhões de eleitores a um custo de 100 MT (\$ 4) cada. (Boletim sobre o Processo Político em Moçambique 36, 18 de Agosto de 2008.) O sistema era sofisticado com mais de 3000 brigadas espalhadas em todo o país, e equipadas com sistemas computadorizados numa maleta, os quais tinham capacidade para registar fotos e impressões digitais, emitir cartões de eleitores, e compilar uma base de dados. Um sistema de controlo dactiloscópico impede o registo múltiplo. Tal sistema poderia ser facilmente usado para registar beneficiários. Tal registo teria

um benefício auxiliar importante, porque poderia apoiar a campanha da UNICEF para incentivar o registo de natalidade.

Há uma variedade de sistemas utilizados em África para distribuir o dinheiro das transferências. A Namíbia, que tem uma pensão universal, envia carros blindados por todo o país todos os meses. Estas são basicamente carrinhas com uma caixa electrónica montada na parte de trás. Os reformados têm um cartão e simplesmente levantam as suas pensões da caixa electrónica. Os reformados analfabetos parecem não ter qualquer problema para se lembrarem do número pino, mas outros países utilizaram impressões digitais como um identificador. Em Moçambique, em 1994, depois da guerra, 92 881 soldados de ambos os lados foram desmobilizados e foi-lhes pago o salário por um período de dois anos, \$7 a \$24 por mês (hoje equivalente a entre 175 e 600 MT), que era levantado de dois em dois meses numa sucursal do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), ou num posto de correios, que servia como uma sucursal do BPD. Há quinze anos, os distritos tinham mais bancos, mas o pagamento de transferências pecuniárias poderá servir como um estímulo para reabrir bancos locais. Seria possível um contrato com um ou mais bancos comerciais para gerir o sistema. Isto teria a vantagem adicional de promover e incentivar a banca rural e de encorajar os beneficiários a abrir contas bancárias.

As novas tecnologias oferecem outras maneiras de distribuir dinheiro. A expansão do sistema de correios e caixas de poupança nos correios é um caminho. Máquinas de leitura de cartões electrónicos poderiam ser instaladas em lojas locais e os comerciantes receberiam uma pequena taxa para pagar o dinheiro. Finalmente, os telemóveis são cada vez mais utilizados para transacções financeiras, e poderiam ser utilizados para transferências pecuniárias.

Assim, é evidente que Moçambique poderia executar um programa de transferências pecuniárias muito maior e fazê-lo numa forma significativamente mais eficiente do que actualmente. Mas será prático?

O que pode ser feito em Moçambique?

Alega-se frequentemente que, apesar do maior custo administrativo, é melhor direccionar as prestações sociais para os mais pobres, porque é melhor dar mais dinheiro aos mais pobres do que um pouco a todos. Embora isto possa ser verdade na teoria, há uma série de argumentos contra. O maior deles é o de que a maior parte dos moçambicanos é pobre. Isso significa que qualquer tentativa de separar os desesperadamente pobres daqueles que apenas são muito pobres será imprecisa, divisionista, e flagelada pela corrupção. E se voltássemos ao argumento original sobre transferências pecuniárias, que

é estimular a procura e impulsionar a economia local, não há argumento forte para dar dinheiro aos extremamente pobres e não aos muito pobres. Um outro ponto é que onde se exige que o beneficiário duma subvenção a solicite através de requerimento, como acontece em Moçambique, muitos dos mais pobres não o farão – porque têm medo de lidar com a burocracia, porque não têm a certeza dos documentos de que necessitam (necessitam dum cartão de filiação ao partido Frelimo?), porque são analfabetos, ou simplesmente porque não querem admitir que são pobres ou não se sentem mais pobres do que os seus vizinhos. As subvenções universais significam uma aceitação muito mais elevada pelos pobres do que pelos que realmente delas precisam.

Para ter a certeza, talvez 30% dos moçambicanos não precisem de dispor de dinheiro adicional a fim de alcançar o padrão de vida “adequado” invocado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, mas vale a pena tentar excluí-los? Assim como o custo administrativo, existe um ponto político subtil – a classe média é mais susceptível de apoiar um benefício “universal” porque também o poderia, em teoria, requerer. Torna-se um direito de todos ao invés de esmolas para os pobres inaptos. Mas se o levantamento da transferência for um pouco mais difícil, exigindo que o dinheiro seja levantado em pessoa pelo beneficiário, por exemplo, então muitas pessoas em melhores condições não se incomodarão em levantá-lo – a auto-exclusão pode ser melhor do que uma exclusão administrativa. O programa brasileiro Bolsa Família mostra a psicologia em funcionamento – a subvenção é um direito de todos os que dela precisam, uma vez que a maioria das pessoas precisa, não há estigma na aplicação. Mesmo assim, as pessoas em melhores condições dizem que não precisam de exercer esse direito.

A maioria dos moçambicanos vive em famílias alargadas com crianças e idosos. Isso sugere que o sistema de transferências de dinheiro mais eficiente e que não divide seria um subsídio universal para a criança e/ou uma pensão universal não contributiva.

Mas o que seria um nível razoável? O PSA é de 100 MT por mês para uma pessoa idosa e 50 MT por mês para um dependente. A média dos rendimentos pecuniários rurais é de 70 MT por pessoa por mês, mas para os 40% mais pobres é de 25 MT por pessoa por mês.

Há cerca de 1 milhão de moçambicanos com mais de 60 anos de idade e 600 000 com mais de 65 anos. Se se assumir um custo administrativo de 10%, as pensões de 100 MT por mês custariam por ano ou 1,3 mil milhões de MT ou 800 milhões, que é 0,5% ou 0,3% do PIB total. Existem 9 milhões de crianças com menos de 14 anos. Começar com um pequeno subsídio para crianças, com o nível de 25 MT de rendimentos, dos quais 40% estão abaixo, custaria 3 mil milhões MT por ano, cerca de 1,2% do PIB. Estes números são suficientemente pequenos para serem comportáveis.

Poderia até mesmo ser sensato começar por fases. Um programa de pensões apenas para aqueles com mais de 65 anos de idade e um subsídio para crianças, apenas para aquelas em idade escolar dos 7 aos 14 anos, custaria menos de 0,8% do PIB (2 mil milhões MT ou US \$ 80 milhões por ano) – isto é apenas um pouco maior do que o orçamento anual para os “sete milhões” atribuídos a projectos distritais para a produção alimentar e a criação de emprego.

Inicialmente, isto teria de ser pago pela cooperação, mas exigiria apenas um aumento de 5% do apoio, o que é plausível. Os doadores comprometeram-se a duplicar o apoio a África e, para manter essa promessa, apesar da depressão económica mundial, este tipo de aumento para Moçambique não é incomportável.

Mas, a longo prazo, Moçambique terá de pagar a factura. A maior transferência do mundo é, actualmente, a do estado americano do Alasca, onde cada residente recebe uma quota das receitas do petróleo – \$ 3 269 (cerca de 80.000 MT) por pessoa no ano transacto. Apesar dos atrasos causados pela depressão no mundo, Moçambique passará a ser um grande exportador mineral/energético durante a próxima década e que se comprometeu a aderir à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI), durante os próximos três anos. A ITIE exige mais transparência na contabilidade das receitas estatais de mineração. A escolha óbvia é a de seguir o exemplo do Alasca e da Bolívia e atribuir uma parcela dos ganhos provenientes da electricidade, gás, carvão e outros minerais ao programa de transferência pecuniária. Isto constituiria um fluxo claro e permanente de receitas e permitiria a expansão do programa, pelo menos para cobrir todos os moçambicanos com idades superiores a 60 anos e menores de 15 anos. Isto não é esmola para os pobres, mas sim dinheiro para dinamizar a economia e dar aos pobres os recursos para escapar à armadilha da pobreza.

As transferências pecuniárias têm três impactos sobrepostos. Primeiramente, aliviam directamente a pobreza. Em segundo lugar, quebram o constrangimento da procura – os pobres tendem a gastar o dinheiro localmente em alimentos e bens de consumo básicos, o que estimula a economia local. Em terceiro lugar, e talvez de forma surpreendente, os estudos existentes de alguns dos programas de transferência mostram que o dinheiro é investido (a promessa de transferências pecuniárias em curso liberta poupanças para o investimento), ou mediante a compra de mercadorias para o comércio ou para a produção, ou através do financiamento duma procura de trabalho na cidade. E todos os estudos revelam que os pobres usam o dinheiro sensatamente. Um programa de transferências pecuniárias de base ampla poderia ser a melhor forma para aliviar a pobreza imediata e promover o desenvolvimento – e é prático e acessível.

Notas

- ¹ Fórum Nacional do MARP, páginas 50, 64. O relatório exprime que “[...] Os indicadores mais credíveis apontam para um aumento em termos absolutos do número de pessoas abaixo do mínimo para subsistência”, o que é uma rejeição explícita da dramática redução de pobreza alegada pelo governo.
- ² Mather et al. 2008. Nos dados, para 2005, do Trabalho de Inquérito Agrícola, os rendimentos por pessoa referem-se a adultos. Refira-se que esta é uma média de rendimentos pecuniários; porque existem poucas pessoas relativamente abastadas; a mediana (ou ponto mediano) situa-se grosso modo no meio. Isto sugere que metade dos mais pobres da população rural tem um rendimento monetário inferior a 7 MT por pessoa e por semana. Além disso, este é o rendimento em dinheiro. Para todos, excepto os do melhor quintil (20%), mais de metade dos rendimentos correspondem a produção para autoconsumo.
- ³ A primeira criança duma família recebe £20. O dinheiro é pago não ao seu filho, mas a um pai ou tutor.
- ⁴ Esta secção baseia-se em Hanlon 2009 e em Hanlon et al a ser publicado em 2010

Referências

- BOUGHTON, Duncan, e outros autores. 2006. “Mudanças nos Padrões dos Rendimentos de Agregados Familiares Rurais em Moçambique de 1996 a 2002”, Ministério da Agricultura, Maputo, e Michigan State University, *Relatório de Pesquisa N.º 61P*, <http://www.aec.msu.edu/fs2/mozambique/wps61p.pdf>
- Cruzeiro do Sul. 2006. Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique, *Cruzeiro do Sul*, Maputo.
- Fórum Nacional do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares). 2009. *Relatório de Auto-avaliação do País*, Tomo 1, Maputo: MARP (MARF = African Peer Review Mechanism) http://www.marp.org.mz/downloads/marp_tomo1.pdf
- HANLON, Joseph. 2004. “It is possible to just give money to the poor”, *Development and Change* 35(2): pp 375–383.
- HANLON, Joseph. 2009. “Just give money to the poor. A southern alternative to the northern model of aid as 19th century charity”, seminar given at the Open University International Development Centre, Milton Keynes, UK, 17 March 2009. <http://idc.open.ac.uk/news%20and%20events.html>
- HANLON, Joseph, Armando BARRIENTOS e David HULME. A ser publicado em 2010. *Just Give Money to the Poor*.
- MATHER, David, Benedito CUNGUARA e Duncan BOUGHTON. 2008. “Household Income and Assets in Rural Mozambique, 2002-2005”, Ministério da Agricultura, Maputo, e Michigan State University, *Research Report* No 66, December 2008.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). Development Centre. 2009. *Is Informal Normal?*
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2006. *The Least Developed Countries Report 2006*, UNCTAD, New York e Geneva.
- UNICEF (United Nations Children’s Fund). 2006. *Childhood Poverty in Mozambique: A Situation and Trends Analysis*, UNICEF, Maputo.
- WHITESIDE, Martin e Filipa GOUVEIA. 2003. “The Role of Groups and Associations in Agricultural Livelihood Development in Mozambique”, *Care International in Mozambique*, Nampula.